

PROFA. MYRIAM RIBEIRO DE OLIVEIRA

Entrevista/Homenagem^[*]

Marcos Hill ^[**]

Como se deu seu interesse pela arte Barroca e Rococó e pela obra de Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho?



Myriam Ribeiro

Em primeiro lugar minhas origens familiares em Entre Rios de Minas, situada entre São João Del Rei e Congonhas, cidades que minha família visitava com frequência nas festividades da Semana Santa e Jubileus do Bom Jesus de Matozinhos. Portanto escolher os grupos escultóricos dos Passos do Aleijadinho como tema de mestrado e as igrejas do rococó mineiro para o doutorado foram processos naturais. Importante assinalar que ambos foram apresentados na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, onde fiz uma graduação completa em História da Arte, inexistente no Brasil na época.

Pode nos falar um pouco da sua experiência nacional e internacional?

A experiência nacional está diretamente ligada a meu trabalho profissional que aliou à docência em universidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ao trabalho em órgãos de preservação do patrimônio histórico e artístico, o IEPHA em Minas Gerais e o IPHAN em âmbito nacional. Essas atividades foram de certa forma complementares em minha carreira, já que o IPHAN favoreceu o trabalho de campo, com contato e análise direta das obras em diversas partes do Brasil e a universidade incentivou a pesquisa teórica para a inserção das mesmas em contextos mais amplos da História da Arte Ocidental. Como exemplo prático poderia citar que minha tese de doutorado, feita enquanto ainda morava em Belo Horizonte, se limitou ao rococó de Minas Gerais. A identificação deste estilo em igrejas de outras regiões, notadamente o Rio de Janeiro e Pernambuco, iria acontecer mais tarde, na experiência direta proporcionada pelo trabalho dos inventários do IPHAN.

Com relação à experiência internacional, além dos estudos já mencionados na Bélgica, foi importante o pós-doutorado na Universidade de Londres, que me abriu novas perspectivas no campo da história social da arte, e complementou minha formação no campo das “expertises”, fundamentais à elaboração de catálogos como o do Aleijadinho, feito em colaboração com colegas do IPHAN.

De grande importância para atualização permanente de conhecimentos em esfera nacional e internacional foi a participação em congressos nacionais e internacionais favorecida por associações de classe como o Comitê Brasileiro de História da Arte, filiado ao CIHA internacional e o ICOMOS (International Council of Monuments and Sites).

Quais foram os teóricos que mais influenciaram sua formação?

Primeiramente os clássicos franceses e alemães para o estudo da forma, estilo e iconografia como, Pierre Francastel, Henri Focillon, Louis Réau, Heinrich Wollfflin e Erwin Panofsky. Para a história social da arte os ingleses, sobretudo Herbert Read e Ernst Gombrich.

Em minha área específica de pesquisa a arte dos séculos XVII e XVIII poderia citar, entre outros, Wollfflin / *Renaissance und Barock* (1968), Giulio Carlo Argan / *L'Architettura barocca in tália* (1957), Germain Bazin / *Destins du baroque* (1970) e para a iconografia Émile Mâle e Werner Weisbach.

O que devemos a precursores como Sylvio de Vasconcelos, Lúcio Costa, Mário Barata, Judith Martins e Augusto da Silva Telles entre tantos outros?

Todos os autores mencionados produziram obras relevantes ainda consultadas nos dias de hoje. Entrevistei Sylvio de Vasconcelos em Belo Horizonte a propósito do Aleijadinho e tive a sorte de conviver com os demais nos primeiros anos de trabalho no IPHAN no Rio de Janeiro. Lembrando que Judith Martins, conhecida pelo *Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, não chegou a concluir os dicionários de outras regiões do Brasil, cujos originais de pesquisa se conservam no arquivo central do IPHAN no Rio de Janeiro. Meu contato maior e mais prolongado foi, entretanto, com o prof. Silva Telles, autor do imprescindível *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*, com quem tive o privilégio de conviver e colaborar por mais de três décadas no IPHAN do Rio de Janeiro e posteriormente no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) no qual ingressei em 2014.

O que lhe dá mais satisfação: a pesquisa ou a docência? Como se sente vendo seus alunos e discípulos na continuação do estudo da arte colonial luso-brasileira?

Sem dúvida a docência, onde o retorno é imediato na reação dos alunos, além do incentivo proporcionado pelas questões e trocas de informação advindas de áreas diferentes do conhecimento, no caso dos cursos de pós-graduação. A pesquisa, ao contrário, é um trabalho solitário e exige muita disciplina para ser levado a cabo com êxito, sobretudo no caso de

obras de abrangência maior para publicações. Com o agravante de nem sempre meus livros terem sido bem aceitos, seja por perturbarem interesses como o “Catálogo do Aleijadinho” que chegou a ser interdito de venda, seja pela introdução de conceitos divergentes dos tradicionalmente aceitos, como ocorreu com o “Rococó religioso no Brasil” que levou mais de dez anos para fazer parte da historiografia dos estudos da área.

O que há ainda a descobrir sobre o Barroco, o Rococó e suas intercessões interdisciplinares?

Muito, sem dúvida, começando pelo acervo de fontes documentais ainda não pesquisado em sua totalidade em arquivos brasileiros e portugueses, aliado ao fato de nem mesmo os inventários dos monumentos e bens móveis do IPHAN terem chegado a termo em todas as regiões do Brasil.

Foi sempre meu propósito nos cursos e palestras, além da motivação dos alunos para o estudo da arte colonial o de mostrar as lacunas do seu conhecimento e suscitar novas indagações a partir de pontos de vista diferentes. A história é com efeito fruto das indagações de um momento cultural e seus problemas específicos e cada geração de pesquisadores acrescenta novos enfoques teóricos e novas maneiras de ver próprios do contexto da sua época.

As gerações anteriores privilegiaram a visão nacionalista para determinação de identidades nacionais e regionais, enfoque esse que esteve na base da própria criação do IPHAN, assim como na elaboração do conceito identitário de “barroco mineiro”. Hoje a perspectiva é sem dúvida mais globalizante, buscando inclusive influências fora do contexto europeu. Postura essa que abre novas perspectivas ao estudo do barroco luso-brasileiro, principalmente na primeira fase, quando as viagens transoceânicas dos portugueses interligaram de forma precursora os quatro continentes.

Qual foi o seu papel preponderante na revista Barroco e nos congressos internacionais organizados nesse âmbito?

Conheci Affonso Ávila em 1972, recém-chegada da Bélgica onde fizera meus estudos de História da Arte e nesse mesmo ano a seu convite, publiquei meu primeiro artigo na Revista Barroco nº 4, adaptada da dissertação de mestrado sobre o “Aleijadinho e os Passos de Congonhas”. Daí em diante colaborei em todos os números, tanto na coleta de artigos dentro de minha área de atuação (a arquitetura e as artes visuais) como com resenhas de publicações de autores nacionais e estrangeiros. E ainda com textos elaborados a partir de minhas pesquisas na época, ocasionalmente sugeridas pelo próprio Affonso para cobrir áreas ainda pouco estudadas, como ocorreu com “A pintura de perspectiva em Minas Colonial” no nº 10 de 1979.

Entre 1975 e 1983 trabalhamos em estreita colaboração no Programa “Cidades Históricas” da Fundação João Pinheiro e em seguida no IEPHA/MG. Alguns números da Revista Barroco derivam diretamente desta colaboração, notadamente o número 16 (1994) dedicado aos Monumentos Históricos e Artísticos do Circuito do Diamante. Em 1983 deixei o IEPHA

para trabalhar no IPHAN, o que motivou minha transferência para o Rio de Janeiro, para organizar e montar o “Projeto Nacional de Inventários de Bens Móveis e Integrados”. Propus então a Affonso a fundação de um “Centro de Pesquisadores do Barroco Mineiro”, para dar continuidade a um trabalho de uma década, no qual havíamos formado um grupo de pesquisadores jovens, que seria importante manter coeso para continuarem a produzir.

Este centro organizou, entre 1984 e 1989, cinco encontros sucessivamente em Sabará (84), Tiradentes (85), Mariana (86), Ouro Preto (89) e novamente em Sabará (5º e último em 91). A partir de 1992 tiveram início os Colóquios Luso –Brasileiros e o grupo se dissolveu, continuando, entretanto, o trabalho de seus integrantes, como atestam, entre outras, as publicações de Selma Melo Miranda, Cristina Ávila, Olinto Rodrigues dos Santos, Adalgisa Arantes e Adriano Ramos.

Também resultante de um estreito trabalho de colaboração foi a organização dos Congressos internacionais do Barroco no Brasil, realizados em Ouro Preto com oito anos de intervalo, em 1981 e 1989, cujas atas constituem os números 12 (1983) e 15 (1992) da revista Barroco. No ano de 1980 eu havia participado em Roma de um *Simposio Internazionale sul Barocco Latino Americano*, especificamente para hispano americanos, demonstrando a necessidade de um encontro similar para portugueses e brasileiros. Na época, entretanto, nosso único contato em Portugal era o historiador Flávio Gonçalves, da cidade do Porto, que veio a Ouro Preto, juntamente com Damián Bayón (França), Luiz de Moura Sobral (Canadá), Marco Diaz (México), Maurice Pianzola (Suiça), e Teresa Gisbert (Bolívia), além de Ricardo Averini (Itália) e Santiago Sebastián Espanha), que enviaram comunicações.

A estrela do nosso 2º Congresso do Barroco, foi o próprio Germain Bazin, com o qual eu havia tido contacto alguns anos antes em Paris para uma entrevista sobre o Aleijadinho e os Passos de Congonhas. Estiveram também presentes Francisco Stastny (Perú), Jorge Alberto Manrique (México), Ramón Gutierrez (Argentina), Alfonso Pleguezuelo (Espanha), juntamente com pesquisadores portugueses do barroco, que eu conseguira localizar em uma viagem feita a Portugal com esse fim específico, notadamente Vitor Serrão, José Meco, Paulo Varela Gomes, Paulo Pereira, Eduardo Pires de Oliveira, Manuel Maia Athayde, Pedro Dias e Graça Pericão.

Motivos de ordem familiar impediram a presença do inglês John Bury, também convidado, que juntamente com Germain Bazin e o americano Robert Smith, formam o trio de autores estrangeiros de consulta obrigatória na historiografia da arte brasileira do período colonial. Não cheguei a ter contato pessoal com Robert Smith, já falecido na época, mas tive a sorte de conhecer John Bury em Portugal, em um simpósio realizado em Coimbra em 1987, concebendo então o projeto de traduzir e publicar seus ensaios sobre a arte colonial brasileira. Projeto esse que chegou a bom termo com a edição em 1991 do livro *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*, com a presença do autor nos lançamentos do Rio de Janeiro e São Paulo.

A relevante presença dos historiadores portugueses citados no Congresso do Barroco de 1989 teria como consequência o estabelecimento, a partir do ano seguinte, dos Colóquios luso-brasileiros de História da Arte, que passaram a ocorrer a cada dois anos alternando

idades portuguesas e brasileiras. Chegaram a ser realizados nove colóquios, quatro em Portugal e cinco no Brasil, sucessivamente em Coimbra (1990), Ouro Preto (1992), Évora (1995), Salvador (1997), Faro (2001), Rio de Janeiro (2003), Porto (2005), Belém (2011) e Belo Horizonte (2014). As atas do 2º Colóquio, realizado em Ouro Preto em 1992 foram publicadas na Revista Barroco nº 17, relativa aos anos de 1993/96.

Hoje você é a referência mais importante para o estudo da arte colonial luso-brasileira. Isto lhe dá um sentimento de dever cumprido ou continua realizando novos estudos? Neste caso, poderia nos adiantar algo que esteja em curso?

Acho que fui sobretudo um elemento de ligação entre os precursores citados acima e as novas gerações. Como disse, tive a sorte de conviver com alguns no IPHAN e meus estudos na Europa possibilitaram o contato com Germain Bazin e John Bury, que consegui trazer ao Brasil com o objetivo principal de que pudessem ter contato com os estudantes incentivando os estudos da nossa arte colonial.

A necessidade de motivar e abrir caminhos nessa área sempre constituiu uma de minhas preocupações básicas, tanto no ensino quanto nos congressos e grupos de pesquisa que promovi ou organizei notadamente o CEIB com Beatriz Coelho para o estudo específico da imaginária religiosa, atualmente comemorando 25 anos de vida ativa e o citado Centro de pesquisadores do Barroco Mineiro com Affonso Ávila. Nessa mesma linha se situam dois trabalhos que me ocupam atualmente: um estudo sobre “O Barroco Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus” para o período anterior ao que tratei no livro do mesmo título sobre o rococó, e um percurso das diversas etapas de minha vida profissional e autores que tive a oportunidade de conhecer e deles colher depoimentos como os citados nessa entrevista.

Dos seus livros, quais os mais recomendados para pesquisadores e iniciantes interessados no estudo da arte colonial luso-brasileira?

Minhas publicações de caráter mais abrangente têm destinações diversas. Prioritariamente dirigidos aos técnicos do IPHAN para subsidiar a identificação e análise das obras foram “O Aleijadinho e sua Oficina. Catálogo das esculturas devocionais” (2002); “Os Passos de Congonhas e suas restaurações” (2011) e o estudo genérico “A imaginária religiosa no Brasil” elaborado para o Catálogo da exposição “Mostra do redescobrimento” da Bienal de São Paulo no ano 2000.

Já “O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus” (2003), que comporta fundamentação teórica mais elaborada, teve como destinação primeira a área acadêmica, com o objetivo principal de abrir novas perspectivas de pesquisa à história da arquitetura e da arte no Brasil colonial, até então centrada no barroco.

Também no âmbito do meu trabalho de docência se situam os textos destinados à iniciação dos estudantes, notadamente “Arte no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII” para a “História da

Arte no Brasil/Textos de síntese”, da EBA/UFRJ (2006) e “Maneirismo, Barroco e Rococó na arte religiosa” na coletânea “Sobre a Arte Brasileira. Da pré-história aos anos 1960”, Edições Sesc São Paulo (2014).

Nos últimos tempos senti a necessidade de estender os resultados destes trabalhos a um público mais amplo e diversificado, em textos específicos destinados à visita dos monumentos. O primeiro, como não podia deixar de ser, foi dedicado ao “Aleijadinho e o Santuário de Congonhas” (2007). Em seguida uma série sobre as cidades brasileiras com patrimônio mais significativo de igrejas dos períodos Barroco e o Rococó, já que a diferenciação entre os dois estilos sempre constituiu minha cruzada permanente. Começando pelo Rio de Janeiro, onde esses aspectos são mais abrangentes, cujo título “Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro” (2008); foi retomado nas publicações seguintes dedicadas a seis cidades históricas mineiras – “Ouro Preto e Mariana” (2010); “São João Del Rei e Tiradentes” (2011); “Sabará e Caeté” (2018) e duas pernambucanas “Olinda e Recife” (2015).

Notas

* Entrevista concedida à Marcos Hill em julho de 2021.

** MARCOS HILL - Doutor em Artes pela Escola de Belas Artes da UFMG. Pós-Doutor em Línguas Modernas e Literaturas pela University of Miami - EUA